

SERTÕES EM CONTRASTE: EUCLYDES DA CUNHA E GUIMARÃES ROSA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL

SERTÕES IN CONTRAST: EUCLYDES DA CUNHA AND GUIMARÃES ROSA
IN THE CONSTRUCTION OF BRAZIL

Vitor Nunes da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa a representação do homem sertanejo na literatura brasileira, comparando os livros *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902) e *Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa* (1956). Ambas as obras propõem uma redefinição do Brasil centrada no Sertão, de onde surge a população brasileira. Abordaremos o processo formativo desta região, destacando o impacto da privatização no campo e o fortalecimento de lideranças regionais. Compararemos as representações do Sertão e os processos modernizadores nas duas obras, questionando como o homem sertanejo é retratado tanto por Euclides da Cunha quanto por Guimarães Rosa, considerando as implicações políticas dessas representações.

Palavras-chave: Sertão; Retratos do Brasil; Literatura Brasileira.

Abstract: This article analyzes the representation of the sertanejo man in Brazilian literature, comparing the books "*Os Sertões*" by Euclides da Cunha (1902) and "*Grande Sertão: Veredas*" by Guimarães Rosa (1956). Both works propose a redefinition of Brazil centered on the Sertão, from where the Brazilian population emerges. We will discuss the formative process of this region, highlighting the impact of privatization in rural areas and the strengthening of regional leadership. We will compare the representations of the Sertão and the modernizing processes in both works, questioning how the sertanejo man is portrayed by Euclides da Cunha and Guimarães Rosa, considering the political implications of these representations.

Keywords: Sertão; Portraits of Brazil; Brazilian Literature.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe. lattes.cnpq.br/8238234427135527; orcid.org/0000-0002-8762-2472. Bolsista PDPG/CAPES. Contato: vitorndsilva@outlook.com.

INTRODUÇÃO

Frei Vicente do Salvador (1627) apontava, já no século XVII, para o caráter litorâneo da colonização brasileira e sua lógica operacional, que se centrou no cultivo da cana de açúcar devido ao seu largo interesse no mercado internacional. Para tanto, foram necessárias iniciativas de ordem jurídica e institucional de modo a criar uma estrutura de exploração na América. Isso incluiu a formação de um mercado de mão de obra, suprido pelo trabalho escravo indígena e africano; uma produção de alimentos de subsistência como a carne e a farinha, para dar sustentação ao trabalho braçal; e a formalização de mecanismos político-administrativos que instituíram instâncias para organizar e reproduzir o poder régio no Brasil.

Como aponta Avanete Pereira Sousa (2023), as cidades do litoral brasileiro cumpriram o objetivo de consolidar as conquistas portuguesas, concentrando a maior parte da produção açucareira nas regiões úmidas do litoral e servindo à intermediação comercial dos produtos vindos da metrópole, exportando açúcar, importando escravos da África e redistribuindo outros bens de consumo essenciais ao abastecimento interno.

Findada a guerra contra os holandeses, o Império português fomentou a expansão de seus domínios para o interior do território. Diversas incursões foram iniciadas em direção ao Sertão, de modo a estimular atividades econômicas que dessem sustentação à produção no litoral. Dessa forma, o século XVII foi marcado pelo aumento da exploração aurífera e da mão de obra indígena, o que permitiu a expansão das fazendas de latifúndio com a incorporação de áreas indígenas invadidas.

A intensificação da conquista do Sertão foi acompanhada pela descentralização da administração local e a expansão da pecuária. A formação de vilas e comarcas com influência marcante da Igreja no interior produziu novas dinâmicas nas relações sociais e políticas, impulsionando o crescimento econômico e promovendo a interligação de atividades comerciais e culturais. Ademais, a elevação de aldeias a condição de vilas e a criação de comarcas acompanhava a lógica de estabelecimento de ocupações ao longo de vias fluviais, de maneira a favorecer a distribuição da produção agrária do Sertão.

Como aponta Jerusa Pereira (2004), o termo “Sertão” surge de uma necessidade da colonização em nominar realidades físicas, surgindo abruptamente em relação a áreas interioranas ou de matas fechadas. Polissêmico, o Sertão se tornou uma categoria, formada por contrastes: o longe-perto, o próximo-distante, o deserto-povoado, o árido-fértil, cidade-campo. No Brasil, mais especificamente no Nordeste, o Sertão está associado a características geográficas próprias, como a aridez do solo e o contraste com a umidade do litoral. Porém, em sua multiplicidade de sentidos, Sertão pode ser associado tanto a noção de deserto quanto de fertilidade.

Nesse espaço se formou uma elite própria, a partir da dependência de pequenos produtores em relação aos grandes proprietários. Dentro da tradição da grande propriedade rural no Brasil, o clientelismo se tornou instrumento de cooptação de lideranças, a partir da distribuição de benesses e da consolidação de um sistema baseado no domínio privado do poder estatal. Como consequência, desenvolveu-se no interior do Brasil uma sociedade distinta do litoral, centrada na tríade terra-gado-família e “nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vastíssimo que é o Sertão” (MELO, 1985, p. 42).

O avanço ao Sertão foi marcado por mudanças nas práticas agropecuárias. Enquanto no litoral a monocultura de cana foi marcada pelo sedentarismo, no Sertão, o terreno árido e o clima seco dificultaram a estabilização da produção e as construções de grandes centros. A fazenda monocultora foi substituída por tarefas marcadamente individualistas e a pecuária nômade se estendeu pela caatinga, devido à pobreza do pasto e à necessidade constante de novas áreas para o gado. Nesse processo se desenvolveu o homem do ciclo do gado, vaqueiro nômade que foi reconstruído no imaginário cultural brasileiro. Com representações que variam do retrógrado bruto; ao autônomo revolucionário.

É esse homem sertanejo que analisaremos neste artigo, objeto da literatura brasileira em sua busca por um verdadeiro retrato nacional. Duas obras serão postas em contraste aqui, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha² (1902) e *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1956). Defendo que ambas as obras propuseram uma redefinição do Brasil, a partir da crítica sobre o processo de formação nacional. Em ambos, o Sertão foi o objeto central, visto como nascente de uma população única. Dessa forma, iniciaremos este trabalho analisando o processo formativo do Sertão brasileiro, demonstrando como o imaginário sertanejo é produto do processo de privatização e exclusão no campo. Em seguida, compararemos as duas obras literárias a partir de uma crítica às representações sobre o Sertão e aos processos modernizadores nacionais, questionando de que forma o homem sertanejo é representado tanto na obra euclidiana como na de Guimarães Rosa.

² A grafia do prenome do autor de "Os Sertões" é motivo de controvérsia no centenário da obra. Enquanto alguns defendem "Euclides", como o biógrafo Roberto Ventura (2003), outros, como o dramaturgo Ariano Suassuna, preferem "Euclides", respeitando a ortografia original. Segundo o "Formulário Ortográfico" da Academia Brasileira de Letras de 1943, a forma "Euclides" seria atualizada para "Euclides", mas o direito individual de manter a grafia original é ressaltado. Em assinaturas e autógrafos Euclides mantinha sua grafia com "y" e dessa maneira manteremos a grafia original, porém lembramos que ambas as formas seguem o padrão da norma culta brasileira.

PRIVATIZAÇÃO: EXCLUSÃO - MENTALIDADE SERTANEJA COMO CONSEQUÊNCIA DO MONOPÓLIO DA TERRA

Após a invasão holandesa, um novo modelo de colonização vai se dirigir ao interior do território a fim de alargar as fronteiras agrícolas e inserir o Sertão no circuito mercantil. Durante o século XVIII este espaço produtivo foi desbravado pela criação de gado, com a forte indústria pecuária e de curtume. Como aponta Sousa:

A conquista definitiva d'os Sertões do norte da colônia conformou um espaço econômico e jurisdicional próprio e, de certa forma, impulsionou a formação de uma estrutura político-administrativa e de instâncias de comandos locais, a partir da criação de núcleos urbanos, fora das áreas litorâneas, que atuavam como articuladores entre a periferia e o centro do poder colonial. Em maior ou menor proporção, os longínquos Sertões foram, paulatinamente, inseridos na dinâmica econômica e político-administrativa da colonização (SOUSA, 2023, p. 483).

A ida ao Sertão e a expansão de terras serviu para ajustar as demandas internas dos mandões do açúcar. A coroa portuguesa estimulou a habitação de áreas internas a serem exploradas, além de instalar organismos administrativos direcionados à vigilância e ao domínio do território colonial. Como apontado por Monteiro (1994), este processo dependia essencialmente da escravidão, que ocupava um papel central na economia brasileira e articulava um sistema colonial baseado na obtenção de excedentes agrícolas e extrativistas, transformados posteriormente em riqueza comercial. Jogando com as contradições internas da estrutura colonial, os colonos estabeleceram gradualmente as câmaras municipais como organizadoras do empreendimento escravagista.

As vilas se tornaram um instrumento poderoso na empresa colonial. Em um sistema de guarda compartilhada, as câmaras eram formadas por "homens bons" escolhidos entre a elite para fazer valer as prerrogativas legais enquanto impunham seus anseios de agentes privados do poder (SOUSA, 2023, p. 486). A elite colonial se fortaleceu economicamente à medida que se direcionou ao Sertão e priorizou a pecuária extensiva, com a produção de couro e carne. Simultaneamente, uma elite comercial com significativa atuação no comércio mercantil europeu também se deslocou para o interior, comercializando produtos europeus na colônia.

Assim, o paternalismo, articulado à escravidão, se estabeleceu como principal mecanismo de dominação do interior do país. Herdada das práticas clientelares portuguesas, as relações de poder uniram grupos diversos a partir de ordens normativas marcadas por deveres recíprocos e uma coerência ética. Neste processo, as benesses se estabeleceram como ferramentas tanto de cooptação como de fortalecimento. Tais estruturas condicionaram os modos de ver, pensar e agir, constituindo um universo mental que obedecia a uma lógica clientelar, onde conceder mercês aos amigos próximos era prática cotidiana vista como norma.

O fortalecimento de relações de dependência entre a população liberta e escrava em relação à elite local, com distribuição de honrarias e favores, também contribuiu para reforçar a autoridade da Coroa e a dominação das famílias tradicionais. Tal sistema permitiu que senhores locais adquirissem prestígio e poder suficientes para consolidar sua dominação em âmbito regional. Nesse sentido, Mônica Dantas (2007) evidencia como as relações de dependência entre os senhores de terra e a população eram comuns no período colonial e imperial, porém não necessariamente pacíficas ou duradouras.

Parece claro que nas atividades e práticas do dia-a-dia, fossem elas de cunho produtivo (nas lavouras ou viagens), decorrentes das necessidades e vontades de senhores ou mesmo nas horas de lazer e religiosidade, a convivência e a circulação espacial de livres, libertos, escravos e mesmo índios, das antigas aldeias, faziam parte do cotidiano na região. É provável que o auxílio mútuo e a mobilidade tenham se tornado ainda mais importantes na segunda metade do século, após a abolição do tráfico de escravos (com a consequente restrição do acesso à mão-de-obra servil) e o crescente controle sobre a terra, mas, sem dúvida, já faziam parte do dia-a-dia da população (DANTAS, 2007, p. 364).

A interação entre as esferas pública e privada se apresentava de forma intrincada, visto que a Coroa dependia dos colonos para a execução de tarefas públicas, enquanto estes aproveitavam suas posições em busca de benefícios pessoais. Nesse contexto, a formação da elite colonial brasileira se fundamentou na concessão de honras e favores, os quais serviam tanto para fortalecer a autoridade da Coroa quanto para assegurar a dominação de famílias locais.

A prática de troca de serviços por benesses consolidou o controle português no ultramar e gerou novos agentes da colonização. Ao mesmo tempo, a elite colonial reforçou a dominação em âmbito regional em um processo de privatização do poder, que estimulou uma territorialização marcada por políticas patrimonialistas e difundiu os custos da colonização.

A monarquia, ao confiar tal poder a estes grupos, permitia que os próprios colonos distribuíssem as benesses entre si, de acordo com seus feitos para com a Coroa. Dessa forma, aqueles que eram nobres buscavam manter seus privilégios e os plebeus buscavam se enobrecer. Os títulos das ordens militares acompanhavam o direito de posse da terra e, portanto, eram ambicionados e distribuídos, criando uma rede de apoio ao processo de colonização portuguesa.

Os custos para esta colonização eram altos e dependiam inteiramente dos interesses dos vassalos. Portanto, a territorialização no Brasil centrou-se na distribuição desigual de terras de modo a reforçar o poder econômico de uma elite detentora de recursos, proprietária de terras e de escravos, engajada e comprometida com a colonização. A tomada de terras indígenas e a distribuição de sesmarias contribuiu para fortalecer o poder econômico da elite colonial e sua capacidade de prestar novos serviços. A aristocracia presente na colônia, composta pelos "homens-bons", assumiu um papel

ativo na invasão do território, fortalecendo, assim, os vínculos de solidariedade com a metrópole e consolidando sua posição como elite social e governamental.

A mudança na direção da ocupação do território em meados de 1630 alterou também os propósitos da colonização. Segundo Ricupero (2020), a distinção crucial entre a ocupação do interior e do litoral reside no fato de que a expansão do litoral resultou em uma densificação populacional significativa, com a presença de engenhos, vilas e cidades, que possibilitou um substrato econômico mais robusto. Esse desenvolvimento contribuiu para a formação de uma elite residente.

Por outro lado, a ocupação do interior foi feita pelos currais de gado, com densidade populacional muito inferior à do litoral. Essa ocupação não gerou nas novas áreas uma elite residente significativa, já que na maioria dos casos os novos ocupantes eram posseiros ou prepostos de grandes proprietários. Dessa forma, a principal diferença entre a ocupação do interior e do litoral foi o tipo de atividade econômica predominante em cada região, assim como as consequências sociais e políticas decorrentes dessas atividades.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) demonstra que a sociedade que se estabelece no Sertão nordestino até o fim do século XIX esteve alicerçada em torno da tríade terra, gado e família. Porém, com a decadência da produção açucareira e o fim da escravidão a partir da década de 1880 iniciou-se no Sertão um processo de modificação nas práticas rurais. O poder irrestrito dos fazendeiros, que dominavam a tapagem dos rios, privatizavam o espaço de produção coletiva e barateavam a mão de obra no campo a partir da miséria, gerou, em sentido contrário, resistência por parte da população sertaneja. Além disso, o aumento populacional e as longas secas a partir de 1870 diminuíram a disponibilidade e a qualidade do solo, estimulando o empobrecimento de grandes famílias e o surgimento de revoltas no interior, como a revolta dos quebra quilos³.

Com o objetivo de exercer um controle maior sobre as terras, os fazendeiros optaram por cercar os campos de pastagem, adotando uma prática diferente da anterior, na qual o gado era criado solto e havia livre acesso a qualquer fonte hídrica, como nascentes e olhos d'água. Esta privatização

³ Em junho de 1862, o Império do Brasil aprovou a lei nº 1157 que instituiu o sistema métrico francês em substituição ao sistema de pesos e medidas em uso. A mudança causou preocupação entre pequenos agricultores e consumidores, que temiam ser prejudicados nas transações comerciais. Em mais de setenta localidades do Nordeste houveram revoltas com invasões às Câmaras Municipais e destruição de medidas e editais. Esse movimento não esteve isolado do contexto social do século XIX onde diversas revoltas contra impostos e políticas de controle social uniam trabalhadores pobres, libertos e pequenos fazendeiros. São exemplos destas revoltas as “revolta dos maribondos” e a “revolta da carne sem osso, farinha sem caroço”. Ver: MAIOR, A. S. **Quebra-quilos: Lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Nacional, 1978; DANTAS, Monica. De ociosos a jagunço. In: **Fronteiras Movediças: A comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007; SECRETO, M. V. **(Des)medidos: a Revolta dos Quebra-quilos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011.

fortaleceu o controle sobre a população, ao servir como ferramenta de obtenção de mão de obra livre, que, além da água, dependia também da coletividade do trabalho no campo, mantido por laços sociais.

Diante da impossibilidade de contar com uma melhoria das condições de vida que se alterava no campo, são comuns os casos de destruição de tapagens e roças pela população mais pobre, como meio de fazer valer seus interesses. A resistência era feita por meio de ações diretas, mas também por migrações para regiões menos violentas. Surge então no imaginário popular as figuras do Bandido-herói e do Jagunço, figuras opostas entre si.

O cangaceiro se estabeleceu como símbolo maior no processo de disputas pelo domínio da violência no campo e tem sua origem no enfraquecimento do mandonismo e nas mudanças nas relações de trabalho sertaneja. O processo de territorialização, excludente desde o início da colonização, permitiu o acúmulo e concentração de riqueza da agropecuária sertaneja, mas as convulsões sociais produzidas pelas secas de 1877-1879, e posteriormente da década de 1920, abriram espaço para mudanças profundas nas relações de trabalho. Estiagens e agitações de fundo místico desorganizaram a economia do Sertão, com os grandes mandões locais emigrando para regiões distantes. A crise ambiental e humanitária observável no fim do século XIX culminou no crescimento da violência, causada pela falta de trabalho, pela fome e pelas disputas familiares locais. Esse movimento desarticulou a economia interna, deixando os pequenos agricultores sem insumos e clientes.

Além disso, Joana Medrado (2013) aponta para a relevância da escravidão na formação tanto dos cangaceiros quanto dos jagunços. Em sua análise sobre Jeremoabo no final do século XIX, a autora aborda como a família Dantas, herdeira dos domínios dos Garcia D'Ávila lidou com o fim da escravidão e o arraial de Canudos, que afetaram profundamente as relações de trabalho na região. O fim do modo de produção escravista potencializou as disputas por terra no Sertão, aumentando a criminalidade, as guerras intra-elite e a hiperdependência entre trabalhadores livre e grandes fazendeiros. Rejeitando a abordagem tradicional sobre a relação coronéis-vaqueiros proposta por Euclides da Cunha, Câmara Cascudo, Caio Prado Jr., José Norberto Macedo e Eurico Alves Boaventura, Medrado (2013) demonstra que tal subserviência não foi um processo natural dentro da sociedade vaqueira, mas uma necessidade frente às disputas regionais, pois segundo ela:

Essa dedicação plena, "inconsciente", desinteressada e incondicional faria do vaqueiro um tipo extremamente devotado e fiel ao fazendeiro e por isso bastante prezado por este. No entendimento desses autores que escreveram a partir do que escreveram a partir do que "ouviam dizer", ou utilizaram relatos de viajantes como fonte principal de seus escritos, a profissão de vaqueiro seria muito almejada e prestigiada porque era ele o responsável pela fazenda na ausência frequente do proprietário, o que teria gerado uma relação de solidariedade moral e de cumplicidade vertical. Essa interpretação sugere, em última análise, que o vaqueiro não era um agente ativo na construção de seus valores pessoais, pois tais valores seriam decorrentes da subserviência inerente à sua relação com o fazendeiro (MEDRADO, 2013, p. 26).

Analisando os números da escravidão em Jeremoabo próximo à abolição, é possível entender como os escravos representavam apenas 18% do patrimônio dos grandes fazendeiros locais. De fato, a escravidão não tinha o mesmo impacto que teve nas zonas onde a economia era voltada para a exportação, porém o fim da escravidão alterou significativamente as relações de trabalho no campo. O número de escravizados em Itapicuru não chegava aos 5% da população em 1888, mas o número de livres pretos compunha 21,2% da população e o número de livres pardos alcançavam 49% da população. Ao todo, os afrodescendentes formavam 75% da população total da região.

Durante o século XIX, a escravidão não se destacou como a principal fonte de riqueza no Sertão devido ao reduzido número de escravizados. No entanto, houve uma transição dos investimentos dos fazendeiros da agricultura para a pecuária no fim da década de 1880 e dois motivos fundamentais conduziram a essa mudança: a diminuição da mão de obra, o que resultou no investimento em atividades de menor demanda trabalhista, como a criação de gado, e a alteração no investimento dos grandes fazendeiros, que intensificaram a produção pecuária devido ao baixo custo produtivo.

A transição da monarquia para a República também teve um impacto significativo nas relações de trabalho. Anteriormente baseado em benefícios e compadrio, o trabalho no Sertão passou por uma transformação. O enfraquecimento dos senhores (devido à mudança política) e a dificuldade em suprir as necessidades da população fortaleceram figuras de beatos, que se dedicavam de modo intenso, a rezar nas igrejas, visitar doentes, enterrar mortos e ensinar orações, se aproximando de trabalhadores livres despossuídos e ex-escravizados.

Surgindo como uma alternativa para a população pobre e desamparada da década de 1890, cercada pela seca e pelas desastrosas políticas públicas no pós-abolição (juntamente com a busca dos senhores por mão de obra barata) o “grupo do Conselheiro” representava uma visão de coletividade como alternativa de sobrevivência. Esse movimento, porém, não estava isolado dentro do contexto social do século XIX, onde diversas revoltas contra impostos e políticas de controle social uniam trabalhadores pobres, libertos e pequenos fazendeiros.

Com o término da escravidão, intensificou-se uma busca por trazer esses trabalhadores para dentro da zona de influência da elite local, visando explorar essa força de trabalho. Entretanto, à medida que a opressão e a miséria aumentavam, a população sertaneja buscou melhores condições fora da esfera de influência das grandes fazendas. É nesse contexto que a migração, o banditismo e Canudos surgiram como uma alternativa para a população pobre. Aos olhos da elite, aqueles antes considerados ociosos transformaram-se em meros jagunços, rebeldes e bandidos, passíveis de degola.

Utilizando o controle do estado como instrumento de dominação local, a elite sertaneja que se formou no início da República alterou a dinâmica de poder entre as oligarquias e os pequenos fazendeiros, resultando em novas formas de relação de poder. Dessa forma, a elite rural delimitou os diversos tipos de crimes a fim de demarcar uma moral e uma justiça específica do campo. Como aponta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), os retirantes que cometiam crimes contra a propriedade para saciar suas necessidades básicas eram vistos como bárbaros e desordeiros. Já os grupos que reprimiam estes retirantes eram tratados como "colunas mestras da defesa da ordem".

Se estabelece dessa forma um imaginário do Sertão, marcado pelo contraste entre o homem do litoral e o homem sertanejo. Elementos como a masculinidade, o discurso de defesa da honra, a autonomia e a improvisação foram utilizadas para compor um mosaico, que construiu a imagem daqueles que habitam o Sertão. Os sertanejos foram apresentados com "fortes traços diferenciadores, a revelar nos sentimentos, nas atitudes, nas crenças, nos gostos, nas atividades profissionais e lúdicas todo um divórcio cultural perfeitamente caracterizado" (MELLO, 2011, p. 41). Nesse processo, o Sertão foi reconstruído para além de um espaço geográfico, se tornando uma tela em branco, onde se construíram imagens sobre o Brasil.

LUGAR SERTÃO SE DIVULGA: PROJETOS DE FORMAÇÃO DO BRASIL EM OS SERTÕES E GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Antônio Sá (2020) defende que o imaginário do Sertão foi definido a partir de construções sobre a paisagem do interior brasileiro. Representado coletivamente, o Sertão permeou relatos de viajantes, cartógrafos e uma série de discursos voltados para a massificação da cultura. Filmes, séries e músicas serviram como propaganda de um imaginário do Sertão que se forma como natureza selvagem, habitada por bravos viajantes. A memória aparece aqui como espaço de produção imagética, mas também de preservação histórica, em um processo de captura e representação.

Em um leque de representações difusas, o Sertão foi posto como um campo de disputas, que conflitou poderes e objetivos diversos. As representações estabelecidas sobre o interior moldaram perspectivas semânticas sobre este espaço, em uma construção simbólica do Brasil. A composição de quadros marcados pelo vermelho do chão e do sangue e pela profusão de tons pastéis estabeleceram um Sertão marcado pela cromofobia, que definiu esta região como área do antigo e miserável. Outras representações, no entanto, mesclaram o real com o fantástico, entrelaçando a biologia com a vivência social e fortalecendo a noção de Sertão enquanto espaço de provação e fascínio.

Nesse sentido, a construção imaginária do Sertão foi marcada pela contradição da permanência do arcaico, apesar do processo de industrialização. Anderson Pires da Silva (2023) compreende estes processos modernizadores no Sertão a partir de quatro projetos de modernidade na

América Latina: Emancipador, baseado na secularização dos campos culturais e na racionalização da vida; Expansionista, centrado na posse da natureza e no consumo de bens; Inovador, com aperfeiçoamento constante e inovação incessante; e um projeto Democratizador, que confiou à educação e à difusão da arte a evolução racional e moral da sociedade.

No entanto, esses quatro projetos entraram em conflito na América Latina, com a produção de uma modernidade estética sem verdadeira modernização social, em uma “ampliação da produção e consumo de bens culturais, acompanhada de evidentes desigualdades econômicas, exclusão das classes mais pobres ao projeto democrático e violentos conflitos sociais decorrentes disso” (SILVA, 2023, p. 221). Neste processo, a vanguarda pertenceu às elites e a modernidade se apresentou apenas como simulacro das instituições burguesas.

É dessa maneira que o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha se apresenta. Fruto do período de formação do Estado Republicano, o autor busca criar um retrato da nação, a partir do conflito com suas profundezas. Para Cunha, o Brasil é indefinido, disforme, de forma que há duas nações dentro do mesmo território: uma inclemente e outra vítima da inclemência. A modernização aparece então como instrumento consolidador da nacionalidade. Porém, a fim de analisar como Euclides constrói sua narrativa sobre o interior do país, cabe discorrer brevemente sobre a formação social do autor, sua mentalidade republicana e os eventos históricos que estimularam o processo de escrita do livro.

A formação de Euclides da Cunha se deu na Escola Militar da Praia Vermelha, que exerceu forte influência em seu pensamento e atuação política. Desde sua inauguração a Escola Militar se inspirou nos ideais da Ilustração portuguesa, o que fica evidente em sua gestão, formada por um colegiado, diferente das demais instituições militares que possuem um comandante militar único.

No fim do Império, período em que Euclides da Cunha estudou na Escola Militar, o exército nacional exercia a função de repressor dos movimentos antimonárquicos, em sua maioria urbanos, como os movimentos abolicionistas e republicanos. No entanto, como aponta Walnice Galvão (2009), a falta de mão de obra livre impossibilitava a formação de um contingente de profissionais da área de serviço que poderiam atuar na área de segurança pública. Além disso, os baixos salários, os castigos corporais e a inexistência de serviço militar obrigatório desestimulavam a formação de um corpo militar nacional. Dessa forma, a escola militar era majoritariamente formada por membros da pequena burguesia urbana brasileira e os menos abastados eram recrutados a força para compor as fileiras de soldados rasos.

A partir de 1889 o exército brasileiro passou então por um processo de profissionalização, marcado pela entrada de trabalhadores livres nas tropas de soldados. O aumento da mão de obra livre torna a carreira militar mais um caminho possível de ascensão social e econômica. Em contrapartida, o estado brasileiro incentivava o aumento de postos militares a fim de conter as revoltas e

reivindicações dos trabalhadores urbanos. O objeto de repressão passou a ser a classe operária e não mais o escravo ou os abolicionistas. Na reivindicação destes trabalhadores urbanos estava não apenas a rejeição ao modo de produção escravista, mas também à dominação burguesa. Dessa forma, o Estado Republicano incentivou a profissionalização dos mecanismos de repressão do exército e a consequente “quartelização” da Escola Militar.

A proclamação da República em 1889 também fortaleceu entre os oficiais a sensação de que o exército brasileiro ocupava uma posição de suma importância na política nacional. Foi estabelecido uma nova concepção de cidadania galgada no positivismo, na concepção do soldado como cidadão armado e na carreira militar como missão civilizadora, humanitária e moral. É neste contexto de transição política que Euclides inicia seus estudos na Escola Militar, de 1884 a novembro de 1888, quando foi expulso devido a seu forte ativismo republicano durante o Império.

Ele é readmitido na Escola após a proclamação da República devido a sua proximidade com Benjamim Constant, seu antigo professor e amigo. Com o fim de seu curso na Escola militar, Euclides casa-se com Ana Emília Ribeiro, filha do major Sólon Ribeiro e um dos líderes da proclamação. Torna-se então primeiro-tenente, dividindo seu tempo entre o trabalho de professor de matemática na Escola Militar e seus escritos. Em 1897, durante a Guerra de Canudos, dois artigos intitulados "A nossa Vendaia", o que lhe rendeu um convite do jornal O Estado de S. Paulo para ser correspondente de guerra no final do conflito. Inspirados pelo pensamento herdeiro da questão militar que permeou a causa republicana no final do Império, ele acreditava que o movimento de Antônio Conselheiro tinha como objetivo destruir a República, restaurando a monarquia com o apoio de lideranças imperiais no Brasil e no exterior.

Em seu período em Canudos, Euclides desenvolve sua escrita de maneira singular, com um trabalho que mistura gêneros literários que transita do relatório técnico à narrativa romântica, passando pela análise antropológica e geográfica. Por fim, seu trabalho se torna um estudo ensaístico acerca da nacionalidade brasileira e de seu conflito com as forças da modernidade. Antes do fim da guerra o autor deixa Canudos, sem presenciar o desenlace, mas reunindo material suficiente para escrever *Os Sertões – Campanha de Canudos* (1902), ao longo de cinco anos. O livro foi escrito durante os raros momentos de folga de sua carreira, enquanto liderava a construção de uma ponte metálica em São José do Rio Pardo.

Ao dividir a obra em três partes: A Terra, o Homem e a Luta, Euclides da Cunha produz em seu trabalho uma obra contraditória: revolucionária na escrita, mas reacionária em seu conteúdo. Revolucionária a medida em que desenvolve um texto que transita do romance-reportagem ao ensaio filosófico, passando pela crítica historiográfica e pelos estudos geológicos. Reacionário devido a sua abordagem, que reafirma a violência contra os sertanejos e valoriza a ação do exército nacional.

Euclides observava em Canudos uma versão brasileira da Venda francesa, levante monarquista suprimido pelo exército republicano durante a Revolução Francesa. Dessa maneira, inspirado no romance *Noventa e Três* de Victor Hugo (1874), Cunha defende a República na mesma medida em que heroiciza o exército brasileiro e repele discursos contrários a ele.

‘A Terra’ serve como preâmbulo de um relatório técnico, que propõe uma análise geohistórico sobre o interior da Bahia. Neste momento sua atenção é voltada para a análise do relevo, do solo, da fauna, da flora e do clima do Nordeste brasileiro, estabelecendo as calamidades da região como mecanismo articulador da violência e da miséria do Sertão brasileiro.

Em seguida, ‘O Homem’ assume o caráter determinístico do texto de Euclides, considerando o homem produto do meio, da raça e do momento histórico. Seu texto se debruça sobre a psicologia e os costumes dos sertanejos, destacando a figura de Antônio Conselheiro e de outros líderes do arraial de Canudos. Ele descreve a vida e os costumes da região, introduzindo os personagens para abordar a verdadeira história: a Guerra de Canudos. Neste ato, o autor conecta a existência do homem à formação do território semiárido, construindo uma imagem de brutalidade sobre o homem sertanejo e sua comunidade:

O homem dos sertões – pelo que esboçamos – mais do que qualquer outro está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. [...] Por isto, como um palimpsesto, a consciência imperfeita dos matutos revela nas quadras agitadas, rompendo dentre os ideais belíssimos do catolicismo incompreendido, todos os estigmas de estádio inferior (CUNHA, 2000, p. 119).

Em ‘A Luta’ sua narrativa militar se desenvolve, inicialmente como oposição entre o moderno e o arcaico; depois, como espanto diante da violência do exército contra os últimos habitantes de Canudos.

A sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a intrusão de todos os elementos revolucionários e dispersivos. [...] a inadaptação do povo à legislação superior do sistema político recém-inaugurado, como se este, pelo avantajá-lo em demasia ao curso de uma evolução vagarosa, tivesse, como efeito predominante, alastrar sobre o país, que se amolentara no marasmo monárquico, intenso espírito de desordem, precipitando a República por um declive onde os desastres repontavam, ritmicamente, delatando a marcha cíclica de uma moléstia (CUNHA, 2000, p. 247).

No terço final, localiza-se o cerne do discurso euclidiano sobre a disputa entre o arcaico e o moderno, assumindo a hierarquia racial como elemento da sociedade brasileira ao sugerir que determinadas "raças" não estão prontas para existir dentro da modernidade. Nesse contexto, *Os Sertões* nos proporciona a oportunidade de questionar os projetos modernizadores na literatura brasileira, destacando como a intelectualidade desempenhou um papel contraditório diante das

desigualdades inerentes a um projeto modernizador no Brasil, que carece de uma autêntica modernização social.

Os Sertões impactou profundamente a literatura brasileira, cristalizando um determinado imaginário sobre o interior do Brasil, preenchido com elementos estereotipados como a pobreza, o analfabetismo, o messianismo, banditismo e a violência do estado. Entretanto, durante o século XX, os escritores brasileiros variaram entre se comprometer com o sistema que visam denunciar, como no caso de Euclides da Cunha ou denunciar a exploração do sistema político, reimaginando o passado e propondo um modelo positivo de futuro possível. N

o modernismo literário da década de 1930 encontram-se a primeiras tentativas de evidenciar as contradições do processo modernizador proposto em *Os Sertões*. Autores como Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, Jorge Amado, José Lins do Rego demonstraram como o projeto emancipador, com o aumento do acesso ao consumo e a racionalização da vida, nem sequer foi rasurado nos sertões brasileiros.

Inspirado por essa segunda tradição literária, Guimarães Rosa desenvolveu *Grande Sertão: Veredas*, em que o autor estabelece a linguagem como modo de conexão entre os indivíduos, servindo tanto ao processo de construção nacional quanto como mecanismo de integração nacional. Porém, a medida em que se consolidaram as fronteiras nacionais e o Sertão serviu como espaço de territorialização excludente e exploratória, a linguagem também serviu como ferramenta de dominação. Um poder que produz exclusão, acúmulo de riquezas e uma separação entre a língua falada pelo Brasil e àquela estimulada por sua elite.

Dessa forma, Guimarães Rosa utiliza do simbolismo para estabelecer a língua como mediadora das relações e ferramenta investigativa do ser brasileiro, como aponta Willi Bolle (2004). Em *Grande Sertão* há um inquérito que interliga o problema político e social brasileiro à falta de entendimento entre as classes. Dessa forma, o diálogo se apresenta como alternativa à exploração e à violência, catalizadoras da realidade social brasileira.

Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante. Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! (ROSA, 2001, p. 104).

Grande Sertão: Veredas é um retrato do Brasil, um estudo pátrio que remete à tradição dos retratos nacionais, que se estende de José de Alencar à Darcy Ribeiro, passando por Machado de Assis, Sergio Buarque de Holanda, Gylberto Freire e, evidentemente, Euclides da Cunha. Nessa tradição, Guimarães Rosa insere-se tanto como continuidade quanto como concorrente. Sua escrita

repele o realismo, buscando uma liberdade de inventar. Ele se utiliza da História, ao invés de ser instrumentalizado por ela. A análise do passado lhe serve como meio de desvendar a formação do país e não a justificar. Dessa forma, os mitos e o fantástico são em *Grande Sertão* elementos chave que evidenciam a relevância da memória na construção do real, se opondo à tradição euclidiana. Aqui o jagunço não é um:

Desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. [...] Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (CUNHA, 2000, p. 99).

O vaqueiro é para Guimarães Rosa uma contradição resistente, que lutou no Sertão contra a violência nacional e guardou em sua experiência o passado imemorial das sertanias. Sua escrita é oposta à forma como *Os Sertões* buscou representar o real e terminou por mitificar o passado, produzindo um discurso oficial sobre o fim da resistência jagunça no campo. O discurso fúnebre de Euclides ofuscou os que ainda respiram no Sertão e o arcaico foi representado como vencido. Guimarães Rosa reaviva a origem dos sertanejos, resgatando suas humanidades.

Aquela mandante amizade. Eu não pensava em adiação nenhuma, de pior propósito. Mas eu gostava dele, dia mais dia, mais gostava. Diga o senhor: como um feitiço? Isso. Feito coisa-feita. Era ele estar perto de mim, e nada me faltava. Era ele fechar a cara e estar tristonho, e eu perdia meu sossego. Era ele estar por longe, e eu só nele pensava. E eu mesmo não entendia então o que aquilo era? Sei que sim. Mas não. E eu mesmo entender não queria. Acho que. Aquela meiguice, desigual que ele sabia esconder o mais de sempre. E em mim a vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às vezes adivinhei insensatamente — tentação dessa eu espairescia, aí rijo comigo renegava. Muitos momentos (CUNHA, 2000, p. 156).

O amor de Riobaldo e Diadorim expõe a profundidade da vivência no Sertão, marcada não apenas pela violência e exploração como aponta Euclides da Cunha, mas também pelo afeto, em que a memória serve como ferramenta de sobrevivência. Porém, não existe de fato uma relação causal entre as duas produções culturais, mas sim uma relação intertextual, em que, assim como o Sertão, o gênero *Retratos do Brasil* se tornou campo de disputas dentro do processo emancipatório da literatura brasileira.

A busca por repensar o Sertão proposta por Guimarães se insere no contexto de transformações culturais ocorridas entre 1902 e 1956 no Brasil. O entendimento de sua obra perpassa pelo entendimento sobre o avanço da industrialização nacional e como ele produziu novas formas de escrever a história, marcadas por um profundo antagonismo entre o Terceiro Mundo e o centro do

Capitalismo. Em *Os Sertões*, Euclides já evidenciara o antagonismo entre campo e cidade, produzindo uma obra histórica inserida em diferentes correntes historiográficas. A geo-história em “A Terra”; a história social em o “Homem”; a história tradicional ou positivista em “A Luta”, que reafirma o caráter heroizante do passado. Porém, há em seu texto uma forte reafirmação dos discursos dos grupos vencedores.

Guimarães Rosa, 50 anos depois, revê criticamente esta abordagem inserindo em seu trabalho um verdadeiro processo contra a escrita histórica de Euclides da Cunha. Seguindo a ideia de história como tribunal, Euclides propôs um julgamento da campanha de Canudos, apresentando em grande parte uma denúncia contra as atrocidades cometidas pelo exército. Porém, seu protesto é tardio, após o autor defender uma ação contra “as hostes de fanáticos”, se aproximar dos interesses violentos do estado brasileiro e desumanizar os sertanejos, tratando-os como bárbaros incivilizados. Bolle (2004) aponta que a escrita de narrador empático proposta por Cunha é inviável, pois equaliza a violência de dois grupos com interesses e capacidade antagônicas.

Entre o artigo “A nossa Vendéia” e o livro posterior não houve mudança das convicções políticas do autor. Euclides acaba legitimando - mais uma vez e definitivamente - o aniquilamento de Canudos. O narrador de *Os Sertões* apresenta-se como sincero. Mas que sinceridade é essa que denuncia nos soldados a prática da degola e não investiga o intelectual que os conclamou para a guerra? A alegada denúncia do crime que teria sido a campanha de Canudos resulta na legitimação dessa mesma campanha como um inevitável crime fundador, em nome da modernização do país (BOLLE, 2004, p. 38).

Guimarães Rosa opõe esta abordagem a partir de um protagonista que, sentado no banco dos réus, tenta justificar seu pacto com o Diabo. Ao retratar o Brasil por meio de uma conversa, o autor desmascara o discurso meio-ladista de Euclides e mergulha na complexidade social e política da linguagem brasileira. O diálogo se materializa como intermédio entre a cidade e o campo, a modernidade e a tradição sem, no entanto, sobrepor um ao outro. A ironia é instrumento neste objetivo. “Nonada” contrapõe os superlativos euclidianos; “Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado” demonstra a humildade de Riobaldo, para logo em seguida tecer saborosos elogios ao interlocutor “Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração”. Esquece-se o Hércules-Quasímodo e se apresenta um sertanejo fruto do contraste, cristão e pagão no mesmo corpo:

Esbandalhados nós estávamos, escatimados naquela esfrega. Esmorecidos é que não. Nenhum se lastimava, filhos do dia, acho mesmo que ninguém se dizia de dar por assim. Jagunço é isso. Jagunço não se escabreia com perda nem derrota – quase que tudo para ele é o igual. Nunca vi. Pra ele a vida já está assentada: comer, beber, apreciar mulher, brigar, e o fim final. E todo o mundo não presume assim? (ROSA, 2001, p. 72).

Assim, Guimarães expõe um diálogo imaginário sobre os letrados e os humildes de forma distinta da feita por Euclides. O monólogo, em situação dialógica, mescla os grupos. Riobaldo é um letrado sem estudos, ao mesmo tempo em que é um humilde senhor, absoluto da fala. Não há superioridade da civilização sobre o bárbaro, mas uma mudança de posição. Em *Os Sertões*, o intelectual monopoliza a fala, criticando as mazelas do povo sofrido do Sertão. Em *Grande Sertão o doutor ouve*, enquanto o paciente explica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da colonização brasileira, desde as raízes litorâneas centradas na produção açucareira até a expansão para o Sertão, delineou complexas dinâmicas econômicas, sociais e políticas. A lógica operacional do povoamento do sertanejo, foi marcada pela descentralização da administração local, com a formação de vilas e comarcas, que impactou as relações sociais e políticas no campo. Dessa maneira, o termo "Sertão" se estabeleceu a partir de sua polissemia, para representar um universo de práticas e territórios únicos no centro do Brasil.

Diante das mudanças nas práticas agropecuárias e política se desenvolveu no interior o homem do ciclo do gado, figura emblemática na literatura brasileira. Considerando as obras *Os Sertões* de Euclides da Cunha e *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa, buscamos entender como a literatura nacional representou o Sertão e o homem sertanejo e propuseram uma definição do Brasil, em seus determinados períodos históricos.

Entretanto, não é possível pensar uma imagem nacional sem evidenciar o violento processo de privatização e exclusão no campo. O fortalecimento de lideranças regionais que sustentaram a estabilidade de polos superiores trouxe consequências profundas às minorias políticas. Neste processo, a terra se tonou elemento crucial nas disputas de poder, tanto como meio de produção econômica quanto como espaço de disputa política.

Dessa forma, a literatura brasileira, enquanto fonte para compreender imaginários e disputas políticas, pode nos servir para entender o brutal processo formativo do Brasil. No entanto, é necessário ultrapassar o limite da arte enquanto representação do real para pensar: qual o verdadeiro legado deixado pelas estruturas de poder no campo? Como elas influenciaram a relação do homem com o espaço produtivo e até que ponto as representações sobre o Sertão são de fato urgências da população sertaneja e não parte de processos modernizadores e excludentes? Ao responder tais questões será possível delinear novas perspectivas sobre os contrastes que definem a realidade brasileira, dando voz aos anseios dos indivíduos que compõem a aridez do solo sertanejo.

REFERÊNCIAS

- BOLLE, W. Guimarães Rosa e a tradição dos retratos do Brasil. Em: **grandeSertão.br: o romance de formação do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 17–46.
- CUNHA, E. DA. **Os Sertões: campanha de Canudos**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000.
- DANTAS, M. D. **Fronteiras Movediças: A comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007.
- FERREIRA, J. P. UM LONGE PERTO: Os segredos do Sertão da terra. **Revista Léguas & Meia**, v. 2, p. 25–39, 2004.
- FREI VICENTE DO SALVADOR. **História do Brasil, 1500-1627**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.
- GALVÃO, W. N. (org.). **Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis**. 1ªed. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- MEDRADO, J. **Terra de vaqueiros: Relações de trabalho e cultura política no Sertão da bahia, 1880-1990**. 1ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.
- MELLO, F. P. D. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: A Girafa, 2011.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- QUEIROZ, M. I. P. **História do Cangaço**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1997.
- RICUPERO, R. **A Formação da Elite Colonial no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2020.
- ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SÁ, A. F. A. **Entre Sertões e Representações: ensaios e estudos**. São Paulo: LiberArs, 2020.
- SILVA, A. P. O imaginário do Sertão: modernidade e violência em Euclides da Cunha, Glauber Rocha e Shiko. **Landa - Revista do Núcleo Onetti de Estudos Literários Latino-Americanos**, v. 11, n. 2, p. 220–240, 2023.
- SOUSA, A. P. Para além do litoral: administração e poderes locais no interior das capitanias da Bahia e do Norte do Estado do Brasil. Em: PAIVA, E. (Ed.). **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no Centro-Norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023. p. 479–492.